

A CONSTITUIÇÃO DA TUNÍSIA (2014) E A EQUIDADE DE GÊNEROS: UMA ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DO REPUBLICANISMO

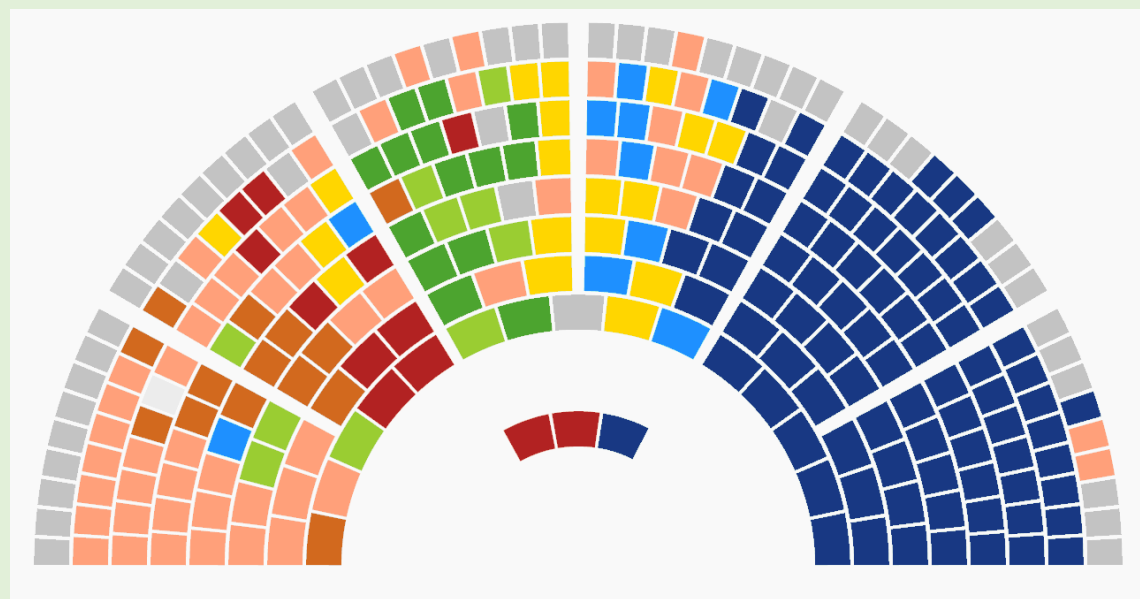
Pesquisadora: Amanda Leal de Lima Alves
Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Valin de Oliveira

1) QUESTÕES INTRODUTÓRIAS

1.1) Panorama político-social do país:

- A Tunísia conquistou a independência da França em 1956, ao que seguiu a ditadura de H. Bourguiba até 1987. Declarado inapto a continuar governando, foi substituído por Ben Ali, que permaneceu no poder até a Revolução de Jasmim, em 2011.
- 99% da população tunisiana é constituída por muçulmanos.
- Em 1957, as mulheres conquistaram o direito ao voto e à candidatura para assembleias eleitas.
- Durante a década de 1960, foram estabelecidos o casamento por consentimento mútuo e o direito de a mulher demandar o divórcio, revogando-se a prática da poligamia. Contraceptivos tornaram-se disponíveis; a equidade salarial foi prevista; a escolarização de meninas tornou-se obrigatória.
- O aborto é legalizado desde 1973 até o terceiro mês de gestação e é realizado gratuitamente.

1.2) O Processo Constitucional na Tunísia:



<https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=34722203>

- Partido conservador muçulmano Ennahda (azul) e aliados obtiveram maioria relativa na Assembleia Nacional Constituinte.
- 23% do total de assentos ocupado por mulheres.
- Complementaridade x Equidade de Gêneros no projeto de constituição.
- Alta participação da sociedade civil: (i) diretamente na Assembleia Constituinte, por meio de observadores internacionais, think tanks e especialistas; (ii) e nas ruas, pela atuação da mídia, pelas manifestações em geral e pela atuação de movimentos pelos direitos das mulheres MAFFEPA, ATFD e Égalité Parité.

1.3) Republicanismo como marco teórico:

- Repartição de poderes com sistema de *checks and balances*.
- Liberdade = ausência de dominação sobre o indivíduo, a qual deve ser garantida pelo Estado em relação aos demais cidadãos e em relação ao próprio Estado.

2) JUSTIFICATIVA

- Promover uma reflexão sobre a realidade das lutas e avanços na questão dos direitos das mulheres no pensamento constitucional de uma sociedade política de tradição muçulmana.
- Introduzir uma nova perspectiva internacional a fim de enriquecer a análise da realidade dos direitos das mulheres no Brasil.
- Contribuir para o estudo do Republicanismo aplicado a questões de gênero.

3) OBJETIVOS

3.1) Problema da pesquisa:

- Analisar, a partir da luta pela previsão de equidade de gêneros no processo constitucional e na Carta resultante, em que medida a Tunísia se aproxima do Republicanismo. Identificar qual a conquista mais substancial para a equidade de gêneros sob a perspectiva do Republicanismo.

3.2) Metodologia:

- Aplicar testes de falseamento a partir do método hipotético-dedutivo nos textos constitucionais relativos à equidade de gêneros. Preâmbulo e artigos: 21, 34, 46.

4) RESULTADOS PRELIMINARES

- Confirmação da hipótese relativa ao art. 46 (*l'État s'engage à protéger les droits acquis de la femme et veille à les consolider et les promouvoir. L'État garantit l'égalité des chances entre l'homme et la femme pour l'accès aux diverses responsabilités et dans tous les domaines. L'État s'emploie à consacrer la parité entre la femme et l'homme dans les assemblées élues. L'État prend les mesures nécessaires en vue d'éliminer la violence contre la femme*).

5) PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

- *Constitution de la République Tunisienne* (2014).
- PETTIT, P. *Republicanism: A Theory of Freedom and Government* (1997).
- MAYNOR, J. W. *Republicanism in the Modern World* (2003).
- THE DANISH INSTITUTE FOR HUMAN RIGHTS. *Islam and Human Rights: the Constitutional Debate in Tunisia* (2015/9).
- BROOKINGS DOHA CENTER. *Convince, Coerce or Compromise? Ennahda's Approach to Tunisia's Constitution* (2014/10).
- ŞAHIN, P. G. *Women's Liberty and Gender Equality in Tunisia: the Asthma of the Arab Spring?*
- CREDIF - LA RÉPUBLIQUE TUNISIENNE. *Égalité de Genre et Transition Démocratique* (2013).